MENSAGEM Nº 15/2015

Salvador, 30 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Vereador **PAULO CÂMARA**
Presidente da Câmara Municipal do Salvador
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do disposto no inciso III, § 6º, art. 163 da Lei Orgânica do Município, para apreciação dessa veneranda Câmara Municipal, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016.

Compatibilizada com o Plano Plurianual e as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem assim com as normas pertinentes da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a presente Proposta Orçamentária compreende o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes Municipais, seus órgãos e entidades, inclusive, os fundos; o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo, de igual modo, os órgãos e entidades vinculados, e o Orçamento de Investimento, tendo sido considerado em sua formulação, além das disposições constitucionais e legais aludidas, o cenário econômico e financeiro projetado para o País no próximo exercício e sua repercussão no âmbito regional e local.

Conforme previámos na Mensagem Orçamentária passada, a sociedade brasileira, no corrente ano, começou a vivenciar as dificuldades então delineadas. Naquela oportunidade, as expectativas existentes eram de inflação no limite da meta e crescimento zero. Lamentavelmente, as perspectivas econômicas se degradaram de maneira rápida e profunda levando a uma inflação, que deverá superar largamente o limite superior da meta, aproximando-se de 10% este ano e um PIB – indicador do nível de atividade econômica – que deverá sofrer uma queda de cerca de 2,5%.

O retardo do Governo Federal em adotar as medidas necessárias ao ajuste macroeconômico, que então se impunham, com o ambiente já claramente deteriorado em 2014, acarretou o agravamento da crise instalada e, consequentemente, um maior custo no ajuste, tornando-o socialmente mais oneroso. Na realidade, o que se verifica é muito pior: o aprofundamento da crise transbordou para os campos político e institucional, provocando um quadro de grande instabilidade econômica e social e dificultando a aceitação pela sociedade das propostas para superação da crise em função mesmo do enorme descrédito na sua condução.

Com efeito, as perspectivas atuais da economia brasileira sinalizam um cenário ainda restritivo para o próximo ano. As projeções mais recentes do Banco Central do Brasil indicam a continuidade do cenário recessivo com decrescimento do PIB da ordem de 0,6%, o que configurará, depois de muito tempo, um período de dois anos seguidos de queda do PIB nacional. Por outro lado, apesar do relativo abrandamento da projeção do IPCA para 5,6%, ainda assim, representa um elevado patamar de crescimento no índice geral de preços.

A desaceleração da economia, ademais, tem rebatido fortemente na realidade dos estados e dos municípios. Isto acontece de duas formas igualmente perversas, seja impactando na redução da disponibilidade de recursos para os entes federados mais próximos da população, especialmente os municípios, diminuindo drasticamente a capacidade de investir e oferecer serviços de qualidade à população, seja pelo contínuo aumento da demanda por serviços públicos pelos estratos socialmente mais desassistidos da sociedade.

Por sua vez, as peculiaridades demográficas e de problemas sócio econômicos, urbanos e de infraestrutura inerentes às capitais brasileiras, têm acarretado sérias dificuldades aos governos locais, especialmente no que diz respeito à capacidade da gestão pública municipal em equacionar todos esses problemas, preservando, ao mesmo tempo, o equilíbrio fiscal em níveis crescentes e satisfatórios.

A essas dificuldades, soma-se o engessamento dos recursos da Administração, diminuindo a margem discricionária de alocação, decorrente do elevado grau de vinculação das receitas com imposições constitucionais e legais, além das despesas obrigatórias compulsoriamente definidas, tais como pessoal e dívida. Como consequência dessas imposições, na Proposta Orçamentária de 2016 as vinculações alcançam o elevado percentual 84 %.

Neste cenário, governar Salvador tem sido um grande desafio. E só é possível porque a gestão incorporou, desde o seu primeiro momento, o planejamento e a disciplina do gasto público como pilares da atual gestão, e o compartilhamento de recursos como estratégia básica de alocação de gastos, priorizando, em última análise, a arte de se trabalhar fazendo mais com menos, e melhor, focada na preservação do interesse da sociedade e no emprego correto e adequado dos recursos públicos.

Orientada por essas diretrizes, a Prefeitura do Salvador vem se sobressaindo no cenário nacional, merecendo destaque sua capacidade de superar as limitações de receitas, honrando seus compromissos, mantendo a regularidade no pagamento do funcionalismo e de terceiros; saneando as contas públicas e buscando a captação de recursos adicionais, internos e externos, de modo a assegurar a sustentabilidade do crescimento da prestação de serviços à população soteropolitana.

Desse modo, inobstante a retração em torno de 4% verificada nas receitas do Tesouro, consequência da conjuntura econômica de crise em que se encontra o país, ainda assim, a Proposta Orçamentária de 2016, em relação à de 2015, apresenta um crescimento nominal da ordem de 5,7%, todavia capaz de manter o ritmo de trabalho, proporcionado principalmente pelo crescimento de aproximadamente 12% verificado nas transferências do FUNDEB, fruto do aumento da matrícula na rede municipal e da atualização do custo aluno, e a

ampliação em 32% na expectativa de entrada de recursos oriundos de operações de crédito.

Considerações sobre a Receita e Despesa

O quadro a seguir estrutura de forma consolidada as informações da Receita.

QUADRO 1
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
RESUMO GERAL DA RECEITA
Recursos de Todas as Fontes

Em R$ 1,00

Discriminação	Proposta 2016	%
RECEITA TOTAL (I + II + III + IV)	**6.625.076.000**	**100,00**
I- RECEITA CORRENTE	**5.739.797.000**	**86,64**
Tributária	**2.205.057.000**	**33,28**
IPTU	614.181.000	9,27
ITIV	213.307.000	3,22
ISS	970.041.000	14,64
Demais Receitas Tributárias	407.528.000	6,15
Contribuições	**257.973.000**	**3,89**
Patrimonial	**182.679.000**	**2,76**
Industrial	**50.000**	**0,01**
Serviços	**19.143.000**	**0,29**
Transferências Correntes	**2.843.142.000**	**42,91**
FPM	715.036.000	10,79
ICMS	719.997.000	10,87
FUNDEB	333.605.000	5,04
Demais Transferências Correntes	1.074.504.000	16,22
Outras Receitas Correntes	**231.753.000**	**3,50**
II- RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA CORRENTES	**285.116.000**	**4,30**
Contribuições	285.107.000	4,30
Demais Contribuições	9.000	0,01
III - RECEITA DE CAPITAL	**937.484.000**	**14,15**
Operações de Crédito	512.995.000	7,74
Alienação de Bens	250.005.000	3,77
Transferências de Capital	174.484.000	2,63
IV - DEDUÇÕES DA RECEITA	**-337.321.000**	**-5,09**

Fonte: PL LOA 2016

A construção da Proposta Orçamentária tem como pressuposto que a receita e a despesa são duas faces de uma mesma moeda e o equilíbrio desta equação impõe a estimativa de receita como requisito prévio ao dimensionamento e fixação da despesa.

A atividade de estimar receita para um exercício seguinte consiste em se desenhar cenários de expectativa de arrecadação e/ou de captação de receitas,

levando em consideração, dentre outros aspectos, as interferências da conjuntura econômica bem como as peculiaridades intrínsecas a cada uma delas.

Na estimativa das receitas para 2016, foram observados, além das normas legais e critérios técnicos, os efeitos do rebatimento no município dos índices de preços, das políticas adotadas em âmbito nacional e estadual, as projeções do PIB, as políticas e diretrizes adotadas pela administração municipal para recuperação de créditos, bem como a avaliação de desempenho do exercício vigente e anteriores.

Pautado por esses critérios foi possível estimar, para 2016, uma receita total em R$ 6.625.076.000,00 (seis bilhões, seiscentos e vinte e cinco milhões e setenta e seis mil reais), sendo seus principais componentes as receitas correntes, no montante de R$ 5.739.797.000,00 (cinco bilhões, setecentos e trinta e nove milhões, setecentos e noventa e sete mil reais), e as receitas de capital no valor de R$ 937.484.000,00 (novecentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil reais), conforme **Quadro 1.**

Na composição das Receitas, ressalte-se que na categoria corrente 33,28% são de origem tributária e 42,91% de transferências. Nesta última, o item Demais Transferências Correntes contabiliza, dentre outras, as Transferências do SUS, a complementação da União para o FUNDEB, as Transferências do Fundo de Assistência Social e Convênios.

Nas receitas de capital, as operações de crédito participam com 7,74% da receita total e 55% da receita, desta categoria. Este item reflete a expectativa do cronograma de entrada de recursos no próximo exercício, com programas já em execução ou em estágio avançado de negociação, a exemplo do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos de Salvador – PMAT, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES; Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR/ SALVADOR, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Corredores de Transporte Público Integrado de Salvador-BRT – Trecho Lapa / Iguatemi, com a Caixa Econômica Federal, no aguardo apenas do deferimento na esfera federal, o Salvador Social – Banco Mundial e o Programa de Saneamento e Requalificação Social e Ambiental – Novo Mané Dendê, também com o BID.

Adiciona-se ao conjunto dessas iniciativas, um elenco de convênios firmados com o Governo Federal, por intermédio dos Ministérios das Cidades, da Integração Nacional, do Turismo e do Desenvolvimento Social, dentre outros, com o propósito de financiar obras de contenção de encostas, urbanização e revitalização de orla.

É de se ressaltar que, não obstante os esforços que estão sendo feitos para captação de recursos, o nível de endividamento do município permanece em uma trajetória sustentável, na medida em que a razão Dívida Consolidada Líquida com a Receita Corrente Líquida é de 0,6, muito abaixo do limite estabelecido pelo Senado Federal, que é de 1,2, expressando a condução responsável da Administração Municipal.

Para melhor visualização na composição da receita por natureza e fonte, o **Quadro 2** exibe o agrupamento dos recursos em três macro categorias –

Tesouro, Outras Fontes e Próprias. As receitas do Tesouro correspondem a R$ 4.241.969.000,00 (quatro bilhões duzentos e quarenta e um milhões novecentos e sessenta e nove mil reais), as receitas de Outras Fontes equivalem a R$ 1.845.699.000,00 (hum bilhão oitocentos e quarenta e cinco milhões seiscentos e noventa e nove mil reais), e as receitas Próprias são estimadas em R$ 537.408.000,00 (quinhentos e trinta e sete milhões quatrocentos e oito mil reais).

QUADRO 2
Receita Estimada 2016 por Fonte

Em R$ 1,00

Categoria/ Fonte		Valor	% na Categoria	% no Total
Receita Tesouro		**4.241.969.000**	**100**	**64,02**
000	Tesouro	2.700.506.000	63,67	40,76
001	Receitas de Impostos e Transferência de Impostos-Educação	606.748.000	14,30	9,16
002	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos-Saúde	561.360.000	13,23	8,47
013	ODC - Outorga	7.474.000	0,18	0,11
016	CIDE	410.000	0,01	0,01
017	COSIP-Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública	100.316.000	2,36	1,51
030	FIES	2.000	0,00	0,00
042	ROYALTIES	15.148.000	0,36	0,23
092	Alienação de Bens	250.005.000	5,89	3,77
Receita Outras Fontes		**1.845.699.000**	**100**	**27,86**
004	Contribuição ao Prog. Ensino Fundamental-Salário **Educação**	24.247.000	1,31	0,37
010	FCBA - Fundo de Cultura do Estado da Bahia **(FGM)**	1.760.000	0,10	0,03
011	Outras Fontes – **FMDCA**	1.620.000	0,09	0,02
014	Transf. Recursos do SUS **(FMS)**	621.241.000	33,65	9,38
015	Transf. Recursos do FNDE **(FME)**	22.152.000	1,20	0,33
018	Transf.FUNDEB (Remuneração Profissionais Educação) **(FME)**	421.579.000	22,84	6,36
019	Transf.FUNDEB (Outras Despesas da Educação Básica) **(FME)**	37.000.000	2,00	0,56
022	Transf. de Convênio - Educação **(FME)**	521.000	0,03	0,01
023	Transf. de Convênio - Saúde **(FMS)**	7.392.000	0,40	0,11
024	Transf. de Convênio – Outros	176.974.000	9,59	2,67
028	Transf. Recursos Estaduais dest. Prog. Assistência Social **(FMAS)**	2.757.000	0,15	0,04
029	Transf. Recursos do Fundo Nacional de Assistência - FNAS **(FMAS)**	15.451.000	0,84	0,23
090	Operação de Crédito Interna	322.436.000	17,47	4,87
091	Operação de Crédito Externa	190.569.000	10,33	2,88
Receita Própria		**537.408.000**	**100**	**8,12**
003	Contribuição p/ Regime Próprio Prev. Social - RPPS **(PREVIS)**	452.149.000	84,14	6,83

050	Receita Própria da Administração Indireta	84.711.000	15,76	1,28
051	Convênios de Entidades de Administração Indireta	548.000	0,10	0,01
Total Geral da Receita		**6.625.076.000**		**100**

Fonte: PL LOA 2016

Observando a disposição da despesa no **Quadro 3,** e focando a análise sob a ótica de categoria econômica, os investimentos aludidos anteriormente totalizam R$ 1.068.027.000 (hum bilhão sessenta e oito milhões e vinte e sete mil reais), ou seja 16% do total da despesa. Contudo, sob a ótica do planejamento, que considera investimento toda ação que resulta em oferta de bens e serviços à sociedade, viabilizados por despesas correntes e de capital de projetos e atividades finalísticas, o investimento, abarcado por este conceito, envolve um volume de recursos da ordem de R$ 2.057.114.000,00 (dois bilhões, cinquenta e sete milhões, cento e quatorze mil reais), atingindo um percentual de 31% dos recursos alocados. Por sua vez, uma análise mais conservadora, tomando por base apenas os valores inerentes a projetos, destacados nos quadros do PLOA / 2016, o total destinado para investimento é de R$ 1.412.982.000 (hum bilhão quatrocentos e doze milhões novecentos e oitenta e dois mil reais), correspondendo a 21% do valor orçado.

QUADRO 3
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, por Categorias Econômicas

Em R$ 1,00

Discriminação	Fiscal	Seguridade Social	Total
DESPESAS CORRENTES	**3.279.508.000**	**1.961.296.000**	**5.240.804.000**
Pessoal e Encargos	1.566.692.000	1.153.702.000	2.720.394.000
Juros e Encargos da Dívida	115.181.000		115.181.000
Outras Despesas Correntes	1.597.635.000	807.594.000	2.405.229.000
DESPESAS DE CAPITAL	**1.205.086.000**	**79.186.000**	**1.284.272.000**
Investimentos	988.841.000	79.186.000	1.068.027.000
Inversões Financeiras	3.000.000		3.000.000
Amortização da Dívida	213.245.000		213.245.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**100.000.000**		**100.000.000**
T O T A L	**4.584.594.000**	**2.040.482.000**	**6.625.076.000**

Fonte: PL LOA2016

Ainda no **Quadro 3,** pode-se observar que as despesas correntes representam 79% na alocação dos recursos e, neste total, as despesas com pessoal e encargos participam com 52%. As outras despesas correntes no total de R$ 2.405.229.000 (dois bilhões, quatrocentos e cinco milhões e duzentos e vinte e nove mil reais) dão suporte ao custeio e parte das despesas dos projetos e atividades finalísticas.

A representatividade dos recursos destinados ao item pessoal e encargos, reflete os efeitos da política de valorização dos servidores municipais, praticada na atual gestão, com a revisão e atualização do Plano de Cargos e Salários, atingindo todas as categorias, com destaque especial aos profissionais de educação e servidores da área de saúde, que além dos ganhos incorporados

com a revisão do Plano de Cargos, tiveram seus quadros significativamente ampliados. Contudo, não obstante o impacto dessa despesa no montante do orçamento, o **Quadro 4**, a seguir, evidencia que o valor praticado, aferido nas bases do que determina o art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, não compromete os limites fiscais estabelecidos, reservando aos dois Poderes Municipais uma margem de conforto operacional razoável.

QUADRO 4
Demonstrativo Consolidado da Despesa de Pessoal
Orçamento Fiscal e da Seguridade

Poderes	Limite Legal %	Limite Prudencial %	Valor alocado PL LOA 2015 (Em R$ 1,00)	Receita Corrente Líquida (Em R$ 1,00)	Limite atingido %
Legislativo	6,0%	5,7%	125.235.000	5.402.476.000	2,32
Executivo	54,0%	51,3%	2.054.408.000		38,03

Fonte: PL LOA2016

Vale salientar que, no final do exercício passado, foi sancionada a Lei nº 8.725/2014, com vigência em janeiro de 2015, que promoveu uma ampla reconfiguração institucional da Administração, mediante a criação, extinção e alteração da denominação de órgãos e a revisão de atribuições, objetivando imprimir uma modelagem organizacional mais coerente e alinhada com a proposta de trabalho do governo. Assim é que, o **Quadro 5**, estruturado sob essa nova configuração, consolida as informações das despesas fixadas por órgão.

QUADRO 5
Demonstrativo da Despesa Consolidada por Órgão
Orçamento Fiscal e da Seguridade

Em R$ 1,00

Órgão	Fiscal	Seguridade Social	Total	Participação
Câmara Municipal do Salvador	160.908.000		160.908.000	2,43
Gabinete do Prefeito	115.274.000		115.274.000	1,74
Gabinete do Vice-Prefeito	1.883.000		1.883.000	0,03
Procuradoria Geral do Município	55.329.000		55.329.000	0,84
Casa Civil	9.705.000	99.150.000	108.855.000	1,64
Secretaria Municipal da Fazenda	215.209.000		215.209.000	3,25
Secretaria Municipal da Saúde		1.275.677.000	1.275.677.000	19,26
Secretaria Municipal da Reparação	5.700.000		5.700.000	0,09
Secretaria Municipal de Gestão	94.679.000	542.814.000	637.493.000	9,62
Secretaria Cidade Sustentável	16.258.000		16.258.000	0,25
Secretaria Municipal da Educação	1.131.347.000		1.131.347.000	17,08
Secretaria Municipal de Ordem Pública	689.150.000		689.150.000	10,40
Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Emprego	11.207.000	4.556.000	15.763.000	0,24

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil	525.749.000		525.749.000	7,94
Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza	20.558.000	118.285.000	138.843.000	2,10
Secretaria Municipal de Mobilidade	494.595.000		494.595.000	7,47
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	162.934.000		162.934.000	2,46
Secretaria Municipal de Urbanismo	93.793.000		93.793.000	1,42
Secretaria Municipal de Manutenção da Cidade	160.091.000		160.091.000	2,42
Encargos Gerais do Município	520.225.000		520.225.000	7,85
Subtotal				
Reserva de Contingência – RC	100.000.000		100.000.000	1,51
Total	**4.584.594.000**	**2.040.482.000**	**6.625.076.000**	**100,00**

Fonte: PL LOA2016

Na estruturação do Orçamento por Função de Governo, **Quadro 6**, é nítido o comprometimento da gestão com os problemas sociais, haja vista que as funções saúde, educação e assistência, concentram 40% dos recursos orçamentários. Seguem-se a essas prioridades os recursos canalizados para as ações de urbanismo e habitação, participando nesta Proposta com 25% dos recursos. A área de gestão, com as funções administrativas, previdência social e encargos especiais, representa 22% dos recursos alocados.

QUADRO 6
Demonstrativo da Despesa Fiscal e Seguridade Social por Função
Em R$ 1,00

Função	Fiscal	Seguridade Social	Total
Legislativa	160.908.000		160.908.000
Judiciária	43.692.000		43.692.000
Administração	528.548.000		528.548.000
Segurança Pública	80.222.000		80.222.000
Trabalho	303.000		303.000
Assistência Social		221.991.000	221.991.000
Previdência Social		542.814.000	542.814.000
Saúde		1.275.677.000	1.275.677.000
Educação	1.130.647.000		1.130.647.000
Cultura	18.622.000		18.622.000
Direitos da Cidadania	4.220.000		4.220.000
Urbanismo	1.480.153.000		1.480.153.000
Habitação	144.854.000		144.854.000
Gestão Ambiental	22.158.000		22.158.000
Indústria	73.857.000		73.857.000
Comércio e Serviços	167.438.000		167.438.000
Comunicações	45.313.000		45.313.000
Transporte	157.994.000		157.994.000
Desporto e Lazer	28.008.000		28.008.000
Encargos Especiais	397.647.000		397.647.000
Energia	10.000		10.000
Reserva Contingência	100.000.000		100.000.000

TOTAL	**4.584.594.000**	**2.040.482.000**	**6.625.076.000**

Fonte: PL LOA2016

A análise do Orçamento sob a ótica do Planejamento Governamental é visualizada através do agrupamento da despesa nos programas definidos no Plano Estratégico e viabilizados pelo Plano Plurianual. Vale salientar, que sendo o planejamento uma atividade dinâmica, as prioridades e metas estabelecidas no início da gestão são periodicamente avaliadas e atualizadas de forma que essa atividade possa refletir com transparência e fidedignidade a conduta estabelecida pela gestão.

Em 2015 já é visível o resultado das ações previstas no Plano Estratégico, com uma cidade mais acolhedora, uma grande transformação de seus espaços urbanos, significativa melhoria nos serviços prestados à população, nas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como os avanços obtidos no ordenamento e na manutenção da cidade.

Em uma ação inovadora e coerente com as diretrizes, objetivos e metas do Planejamento Estratégico, a Prefeitura implementou uma ampla consulta popular, através do Projeto Ouvindo Nosso Bairro. Este projeto mobilizou, nas 152 reuniões realizadas em 163 bairros, 9.523 cidadãos que identificaram as prioridades de intervenções do governo em suas comunidades. Os pleitos resultantes foram sistematizados e incorporados como baliza para o realinhamento das estratégias de trabalho, especialmente para a estruturação do Programa Bairro a Bairro, que articula um conjunto de ações distribuídas por diversas secretarias e refletidas na presente Proposta, a serem executadas por bairro, segundo as 10 prioridades identificadas na consulta.

Desse modo, o programa de trabalho sintetizado na Proposta Orçamentária que ora se encaminha a essa Câmara Municipal, reflete o esforço da Administração na busca da continuidade do desenvolvimento, de forma transparente, ordenada e planejada, priorizando a oferta dos serviços públicos com o objetivo precípuo de melhorar as condições de vida da população soteropolitana.

Objetivando oferecer uma visão do programa de trabalho a ser executado no próximo exercício, destaca-se, em algumas áreas de atuação do governo, um conjunto de ações mais representativas na conformação da Proposta Orçamentária.

Nesse sentido, a área da Educação congrega recursos da ordem R$ 1,1 bilhão para investimento e operacionalização da gestão educacional, evidencia o Programa Combinado, lançado neste exercício, com o compromisso de ampliar, melhorar e fortalecer a gestão educacional. Este programa que constitui um pacto coletivo da gestão e do corpo pedagógico pela melhoria da educação, articula 112 ações focadas na melhoria da infraestrutura e condições do aprendizado, na ampliação de vagas, na valorização dos profissionais do magistério e, dentre outras, na atuação harmônica da escola com a comunidade.

O Combinado reforça o compromisso da Prefeitura em dobrar as vagas da educação infantil até 2016. Neste ano, dentre outras intervenções significativas, foram reconstruídos 02 Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI´s e reformados 10, gerando 53 novas salas de Educação Infantil. Em parceria com os Shoppings Centers de Salvador, serão construídos 30 novos CMEI´s. Em

2016, com recursos próprios, serão construídos outros 10 CMEI´s, além de 150 novas salas que serão construídas em unidades de ensino existentes.

Para ampliar as vagas de jornada em Tempo Integral, estão em construção 02 Centros de Educação Integral nos bairros de Coutos e Pirajá, que serão concluídos em 2016.

Para aproximar a escola da comunidade, deu-se início ao Programa Agente da Educação, voltado para a redução da evasão escolar, com a convocação de 384 estagiários de pedagogia, residentes nas próprias localidades.

A melhoria da qualidade de vida dos soteropolitanos tem sido uma das principais bandeiras da atual gestão. Assim é que o governo municipal não tem poupado esforços para disponibilizar à população um serviço de saúde em escala satisfatória e qualidade desejáveis. Esse compromisso está materializado na presente Proposta, com o aporte de R$ 1,3 bilhão.

Os avanços obtidos nesses quase três anos de governo, evidenciam a prioridade conferida à Atenção Básica à Saúde, de tal modo que a população passou a contar com uma prestação de serviço mais efetiva e de melhor qualidade. Isso foi possível graças aos investimentos realizados na ampliação do quadro de profissionais de saúde e da rede física, hoje composta de 187 Unidades de Saúde, sendo 131 unidades básicas, 31 unidades de atenção psicossocial, 12 unidades de urgência e emergência e 13 unidades especializadas. Este ano, até setembro, foram estregues à população 10 unidades reformadas e construída 01 USF. Em andamento estão obras de reforma de 19 unidades e construção de novas 08 USF.

No atendimento de urgência e emergência, ressalta-se a ampliação da rede, com a implantação de 05 unidades de Pronto Atendimento – UPA. Em 2015 estão sendo construídas 04 novas unidades, sendo que 02 serão entregues até dezembro nos bairros de Brotas e São Cristóvão.

Igualmente se destaca a implantação de 02 novas unidades de atendimento especializado, os Multicentros de Saúde – Vale das Pedrinhas e Amaralina. Até o final do ano, esta rede será otimizada com a implantação de 03 novas unidades, os multicentros Liberdade, Carlos Gomes e Brotas.

O desafio maior em 2016 será avançar na expansão na cobertura da atenção básica para 50 % da população. Assim é que estão previstas a requalificação e construção de 16 USF´s, a entrega de 02 UPAS em Pirajá e Paripe, além da estruturação da assistência especializada, garantindo o encaminhamento do paciente atendido na atenção básica.

À área de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza estão reservados na Proposta Orçamentária recursos da ordem de R$ 139 milhões destinados ao financiamento das ações de proteção básica, proteção especial, segurança alimentar, gestão de benefícios, com destaque especial para o Primeiro Passo, que já beneficia hoje 30.000 crianças aproximadamente.

Ainda nesta área estão sendo reformados 19 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e 04 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, cujas obras deverão estar concluídas no final do primeiro semestre de 2016. No que diz respeito ao Esporte, cerca de 120

quadras e campos de futebol já foram concluídos ou estão em reforma, devendo até 2016 alcançar um total de 200.

Um outro vetor de atuação voltado à promoção das condições mínimas de cidadania às populações mais carentes e desassistidas, é a área de Habitação para qual estão destinados recursos da ordem de R$ 145 milhões, com destaque para os projetos de regularização fundiária (Casa Legal), novas unidades habitacionais (Minha Casa, Minha Vida) e o de melhorias habitacionais (Morar Melhor), este último com recursos no montante de R$ 99,7 milhões.

Em relação à área da Cultura e Turismo, estão destinados recursos da ordem de R$ 162,9 milhões para manutenção de sua gestão operacional e o desenvolvimento de importantes atividades culturais e turísticas, a exemplo das festas populares, Carnaval, Réveillon, Festival da Primavera, bem como a continuidade dos editais do Programa Arte em Toda Parte, e as obras e ações para implantação dos Museus Pierre Verger e Caribé. Os investimentos previstos para o setor serão potencializados em 2016, com os recursos do PRODETUR/SALVADOR, a serem financiados pelo BID.

De igual modo, o governo tem dispensado atenção especial aos aspectos sócio-culturais, particularmente nas questões focadas no resgate à cidadania, gerenciadas pelos Programas do Plano Plurianual, destacados em quadros que integram a Proposta Orçamentária: Salvador Cidadã; Salvador Cidade Justa e Igualitária; Promoção da Equidade de Gênero, Proteção e Atenção à Mulher, reunindo recursos da ordem de R$ 70,3 milhões.

No contexto do Programa de Trabalho, as intervenções voltadas para melhoria e requalificação dos espaços urbanos vêm merecendo especial atenção do governo, que não tem poupado esforços na alocação de seus recursos próprios em centenas de obras de pavimentação de ruas e avenidas, modernização da iluminação pública, construção e recuperação de praças, escadarias, passarelas, mercados populares, paisagismo, dentre outros serviços e equipamentos urbanos.

Cabe destacar os investimentos que vêm sendo realizados na requalificação da orla marítima, onde ainda este ano serão entregues os trechos de Itapuã, Piatã, Jardim de Alah, Ribeira e Barra II Trecho I. Em 2016, será entregue à população a orla do Rio Vermelho e iniciado o trecho de Itacaranha – Plataforma.

No que concerne à mobilidade, em que pese, até então, a indefinição do governo federal quanto à contratação do financiamento e a alocação dos recursos de contrapartida para as obras de implantação dos Corredores de Transporte Público Integrado de Salvador- BRT- Trecho Lapa / Iguatemi, estão previstos na presente Proposta, recursos da ordem de R$ 283,5 milhões.

Em 2016, será concluída a mais importante intervenção viária executada pelo município que é a Ligação Cajazeiras – BR 324 – Valéria e dar-se-á continuidade às inúmeras obras de melhorias das condições das vias existentes e da operação do sistema de transporte.

Em sintonia com as intervenções destinadas a requalificar e implantar novos equipamentos urbanos, a Administração tem voltado sua atenção à manutenção da cidade, não só com um melhor suporte institucional mediante a criação da Secretaria Municipal de Manutenção, implantada em janeiro deste ano, como pela alocação na presente Proposta, de recursos no montante global de R$

143,5 milhões, dos quais R$ 97,6 milhões serão destinados a investimentos na requalificação e manutenção de logradouros públicos, espaços urbanos e praças, dragagem e limpeza de canais, recapeamento de vias, manutenção de passarelas e diversas outras ações de micro e macrodrenagem.

Associadas às ações de manutenção da cidade, serão apropriados R$ 393 milhões para as atividades de limpeza urbana, e R$ 100,5 milhões para a iluminação pública.

Atenção especial é conferida às ações da nova DEFESA CIVIL, com a decisão do governo municipal de enfrentar de forma permanente e dinâmica esse crônico problema da Cidade, para o que é indispensável e fundamental a participação e o envolvimento de toda a população, mas especialmente daquela parcela que habita as áreas de maior vulnerabilidade a riscos de deslizamento de terras e de alagamentos.

Estão programados investimentos da ordem de R$ 23,6 milhões para a reestruturação da CODESAL, de modo a fortalecer sua capacidade operacional, permitindo-lhe agir com rapidez e eficácia no enfrentamento de eventos críticos, mas sobretudo de atuar preventivamente para evitar a ocorrência de desastres e minimizar os seus efeitos.

Nessa nova configuração, o foco de atuação da CODESAL serão as ações preventivas, mediante ampla e contínua informação, conscientização, capacitação e mobilização das comunidades; aprimorar a coordenação das ações dos diversos órgãos e entidades; ampliar a presença e o poder de fiscalização nas áreas de risco, atuando de forma descentralizada. A nova estrutura organizacional, objeto de Projeto de Lei recentemente encaminhado essa Casa Legislativa, também proporcionará maior autonomia administrativa, orçamentária e operacional.

Destaque-se a pronta resposta da Administração Municipal no enfrentamento das graves consequências das intensas chuvas que castigaram a cidade no período de abril a agosto deste ano – as maiores das últimas décadas – quando foram despendidos R$ 93 milhões de recursos próprios na Operação Chuva 2015, para o atendimento emergencial.

Do mesmo modo, encontra-se em realização um amplo Programa de Contenção e Estabilização de Encostas, visando equacionar o problema em mais de uma centena de pontos críticos, tendo envolvido, desde o início da atual gestão, a aplicação de R$21,5 milhões. Para o próximo ano estão previstos mais R$ 65,7 milhões em recursos próprios e parcerias com os Ministérios da Integração Nacional e das Cidades, em convênios e contratos já assinados.

Trata-se do maior programa municipal de proteção e defesa civil, a que devem ser somados outros recursos federais, aplicados via governo do Estado.

Isto é tanto mais relevante quando se sabe que esses riscos envolvem basicamente os bairros e as populações mais pobres da Cidade, ainda que decorrentes de um processo histórico de ocupação irregular de áreas de risco.

Essas ações se complementam ainda com a realização do programa habitacional destinado a moradores de áreas de risco. Na proposta orçamentária, estão alocados R$ 34,5 milhões destinados à implantação de unidades habitacionais, além de recursos para desapropriações, elaboração de

projetos e dotação de infraestrutura em áreas já selecionadas, localizadas na Avenida San Martin e Largo do Tanque.

Com essas medidas, a Administração Municipal busca dotar Salvador de uma das mais modernas políticas de Defesa Civil praticadas no país.

Complementando o Programa de Trabalho proposto será dada continuidade à modernização e fortalecimento nas áreas administrativa, tributária e financeira, que contam com recursos do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Vetores Sociais Básicos de Salvador – PMAT, financiado pelo BNDES, bem como as ações de planejamento, relativas ao Salvador 500, e à implementação do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU e da Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo – LOUOS.

Desse modo, Senhor Presidente, na expectativa de ter apresentado os subsídios necessários à apreciação e análise da Proposta Orçamentária para o exercício de 2016, ora encaminhada a esse venerando Colegiado Legislativo, prevaleço-me para agradecer a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares o apoio que a Administração tem recebido no encaminhamento de suas proposições e renovar a certeza da sempre presente contribuição dessa egrégia Câmara, para a consolidação do projeto de modernização e desenvolvimento da Cidade do Salvador.

Atenciosamente,

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO

Prefeito